

Chirac, a França e a Europa

Presença (quase) constante da cena política francesa ao longo dos últimos 40 anos, Jacques Chirac declarou publicamente a sua decisão de se afastar da ribalta quando terminar o seu mandato presidencial. A gestão pública do anúncio do adeus fez lembrar outros momentos da sua carreira, deixando no ar alguma ambiguidade sobre os planos futuros do presidente.

Mas agora que uma nova era da política francesa se anuncia, que dizer das marcas que Jacques Chirac deixou na Europa ao longo dos 12 anos que esteve à frente do Eliseu? Que papel desempenhou nos grandes momentos da transformação da Europa neste período? Em que áreas foi a sua intervenção decisiva?

Nas eleições presidenciais de 1995, Chirac apareceu como o candidato “soberanista”, face aos adversários Lionel Jospin e Edouard Balladur que advogavam um aprofundamento da integração europeia. De forma mais marcada do que o seu antecessor François Mitterrand, Chirac apresentou-se como defensor de uma ideia tradicional de “potência”, encaixando numa visão gaullista do papel da França no Mundo. A confirmar esta imagem, foi simbólica uma das primeiras decisões do seu mandato em matéria de política de segurança: a realização de uma série de testes nucleares no Pacífico, sob um coro de críticas de todo o mundo quanto à postura do novo presidente francês. A fraca popularidade internacional com que iniciou o seu mandato pareceu manter-se ao longo dos dois mandatos, reflectindo-se agora no balanço negativo que a imprensa internacional faz do seu legado.

Em matéria europeia, Chirac não parecia interessado em modificar de forma decisiva a abordagem dos seus pais políticos De Gaulle e sobretudo Georges Pompidou: em traços genéricos, a Europa é uma forma de ampliar a vocação “natural” do país para ter uma voz forte no sistema internacional; a França não é só Europa, mas o projecto europeu deve certamente ter uma forte inspiração francesa. Até que ponto este programa era realizável no pós-Guerra Fria?

Jacques Chirac chega ao Eliseu num momento aceso do debate europeu: a União política aberta pelo Tratado de Maastricht era um compromisso que precisava de ser aprofundado; as novas democracias do Centro e Leste exigiam respostas claras da União quanto a um calendário de alargamento; a Europa continuava incapaz de intervir de forma decisiva enquanto actor internacional, depois do fracasso da guerra da Jugoslávia. Tendo em conta que estes temas continuam hoje presentes na agenda europeia (sem estarem verdadeiramente resolvidos), vale a pena reflectir sobre as respostas que Chirac formulou e o que estas significaram para a Europa.

A evolução na política de segurança

O conflito jugoslavo foi o pano de fundo para uma evolução importante (talvez a mais importante) da política de Chirac em matéria de política de segurança e defesa. As ambiguidades de Mitterrand face à guerra que trouxe a barbárie de regresso ao continente europeu contrastam com a posição firme que Chirac assumiu sobre o empenho da França na garantia da paz, após o cessar-fogo de 1995. Esta postura levou a

uma reflexão mais vasta sobre o papel da NATO no desenvolvimento de uma capacidade europeia de defesa e sobre um eventual regresso da França às estruturas militares da Aliança.

O entendimento com Tony Blair acerca da defesa europeia, em 1998, que permitiu o desenvolvimento operacional da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), foi o passo seguinte neste processo. Em larga medida, o que estava em causa era a capacidade de os europeus agirem militarmente nas situações em que os americanos não estivessem disponíveis para actuar. Os anos seguintes mostraram que as leituras deste cenário dos dois lados da Mancha não eram (e não são) coincidentes e que a “revolução tranquila” da política francesa em relação à NATO não avançou como esperado. Mas o papel que a França assumiu na resolução das crises dos Balcãs mostraram como a política externa francesa não é necessariamente formulada, em primeiro lugar, como uma resposta a Washington.

É verdade que a chegada à Casa Branca da administração Bush e a crise no Iraque resultaram num regresso a uma posição de distanciamento, e depois oposição, à política norte-americana, encontrando na Alemanha de Schroeder um aliado inesperado. Em rota de colisão com Washington, Chirac tornou-se o rosto mais visível de oposição à guerra. A sintonia com as opiniões públicas (em França e no resto da Europa) em relação à guerra do Iraque não foi, contudo, suficiente para agregar à sua volta uma posição comum europeia. O entendimento com os Estados Unidos regressou no final de 2004, a propósito da retirada das tropas sírias do Líbano, confirmada em 2006 pelo entendimento no Conselho de Segurança quanto à missão das Nações Unidas no sul do Líbano. Novas dissonâncias em relação ao Irão confirmam a postura de potência internacional que Chirac quis imprimir ao seu segundo mandato.

Alargamento e aprofundamento da Europa

A gestão do alargamento a leste da União Europeia mostra de forma mais evidente as dificuldades da França em moldar a evolução do projecto europeu. Desde Mitterrand que a França assumiu uma posição de enorme cautela quanto à possibilidade de alargamento aos antigos países comunistas que procuravam na União uma âncora para as suas transições democráticas. Chirac aceitou a inevitabilidade do processo, mas ficou irremediavelmente colado a uma imagem da França receosa de uma União com o centro mais a leste, onde o seu poder de influência é mais fraco. A possibilidade de desenvolvimento de um relacionamento privilegiado com algumas das novas democracias (a Polónia, por exemplo) desvaneceu-se rapidamente e o afastamento foi-se acentuando com a afirmação de uma postura pró-americana por parte de alguns países da Europa Central, sobretudo a propósito da guerra no Iraque. Quando, em 2004, a União finalmente se alargou a 25 Estados membros, Chirac parecia sobretudo irritado com uma nova Europa na qual não se revia.

Noutros domínios da integração europeia, é difícil encontrar um contributo decisivo da França durante a era Chirac. Na questão da adesão da Turquia, Chirac deixou cair a sua posição de apoio para aceitar introduzir na Constituição francesa a obrigatoriedade de um referendo sobre futuros alargamentos da União; os três momentos de reforma institucional que tiveram lugar durante o seu mandato (em 1996-1997, 2000 e 2003), um dos quais com forte envolvimento da diplomacia francesa (que resultou no Tratado de Nice), ficaram aquém dos objectivos, não conseguindo resolver de forma cabal o

problema do funcionamento da União com o dobro dos Estados membros. Finalmente, os seus esforços de mobilizar a sociedade francesa em torno do projecto europeu, como resposta à globalização, foram claramente derrotados no referendo de 2005 ao Tratado Constitucional. Foi uma derrota pessoal, com repercussões na credibilidade interna e externa.

Em suma, o protagonismo (embora errático) no domínio externo e de segurança não chega para apagar a imagem de um Presidente que não conseguiu dar um cunho pessoal ao projecto europeu. Mas esta é apenas uma parte da história. A outra é que a França continua a ser componente fundamental da Europa enquanto projecto político – e os fracassos franceses reflectem-se na paralisia da União. Chirac deixa a cena europeia num momento de indefinição, num contexto bem mais complicado daquele que existia quando chegou ao Eliseu. Caberá ao seu sucessor encontrar novas respostas.

19.03.07

Pedro Courela . IEEI